

(art.º 150.º do C. P. C.) ; mas já a assinatura do advogado que a representa não tem nunca de ser reconhecida.

Parece-me, por isso, que deverá officiar-se ao Sr. Director da Polícia Judiciária, chamando a sua atenção para a ilegalidade da prática seguida pela Sub-Directoria de Coimbra e pedindo-lhe que lhe ponha termo, no uso das atribuições que lhe confere o art.º 34.º do Decreto-lei n.º 35.042, de 20 de Outubro de 1945.

O Conselho, porém, decidirá.

Lisboa, 29 de Maio de 1947.

*Adelino da Palma Carlos*

**SUMÁRIO:— OS BACHARÉIS EM DIREITO FORMADOS POSTERIORMENTE A 1927, NÃO PODEM EM CASO ALGUM SER INSCRITOS NA ORDEM DOS ADVOGADOS; NÃO PODEM TAMBÉM EXERCER FUNÇÕES DE ADVOGADOS, MESMO NÃO OS HAVENDO NA COMARCA OU JULGADO. SÃO FUNÇÕES DE ADVOGADO: A CONSULTA VERBAL OU ESCRITA SOBRE PROBLEMAS JURÍDICOS: A REPRESENTAÇÃO DAS PARTES EM JUÍZO OU FORA DELE; A PRÁTICA DOS ACTOS JUDICIAIS OU EXTRAJUDICIAIS, NECESSÁRIOS À DEFESA DOS CONSTITUINTES.**

**Parecer do Doutor Adelino da Palma Carlos, aprovado  
em sessão de 29 de Maio de 1947**

Pergunta o Ex.<sup>mo</sup> Sr. Juiz da Comarca de Vila Flor se os bacharéis em direito formados posteriormente a 1927 não podem, em caso algum, ser inscritos na Ordem dos Advogados, e ainda se, na hipótese de não haver advogados na sede da comarca ou julgado municipal, estão impedidos de exercer funções ou praticar actos da profissão de advogado ou solicitador.

E pede, mais, se lhe diga qual o significado e alcance a atribuir à expressão *«exercerem funções ou praticarem quaisquer actos da profissão de advogado»*, usada no art.º 525.º do Est. Jud.

Responde-se :

a) Os bacharéis em direito formados posteriormente a 1927 não podem, em caso algum, ser inscritos na Ordem dos Advogados.

Só podem ser solicitadores ; mas estes não estão sujeitos a inscrição na Ordem, como resulta dos art.ºs 513.º, 516.º, 520.º, 626.º e 628.º do Estatuto Judiciário, e como é doutrina já firmada por este Conselho Geral, em pareceres de Fevereiro de 1939 e Janeiro de 1941, ambos da autoria do antigo vogal

Sr. Dr. Caetano Pereira. Nem sequer esses bacharéis podem advogar em causa própria, como o Conselho também já decidiu, em Parecer do Sr. Dr. Pedro Pitta, publicado na *Rev. da Ordem*, vol. IV, n.ºs 3-4, pág. 235.

b) Fica, assim, esclarecida já a segunda dúvida: mesmo não havendo advogados na comarca ou no julgado, os bacharéis não podem exercer funções de advogados. O que podem é desempenhar a solicitoria; mas, para isso, têm de habilitar-se, nos termos dos art.ºs 626.º e seguintes do Estatuto.

c) Quanto ao último ponto: as funções de advogado são a consulta verbal ou escrita sobre problemas jurídicos; a representação das partes em juízo ou fora dele; a prática dos actos, judiciais ou extra-judiciais, necessários à defesa dos direitos dos constituintes.

*Quisquer actos dessa natureza*, praticados por indivíduos não habilitados a exercer o mandato judicial, fazem incorrer, quem os pratique, na sanção do art.º 525.º do Estatuto Judiciário.

Os termos deste são amplísimos, destinados a impedir o amadorismo no exercício do mandato e a prestigiar e dignificar a profissão de advogado, impondo sanções a todos que, sem título, se arroguem o seu exercício.

Lisboa, 29 de Maio de 1947.

*Adelino da Palma Carlos*